

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAMPO E CIDADE

Gutemberg Gomes de Oliveira

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/IPPRI
Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.

gutemberg_geografo@hotmail.com

Resumo: Este estudo surge dos desafios encontrados pela Educação do Campo e pela Pedagogia da Alternância desenvolvidas no Centro Familiar de Formação por Alternância - CEFFA, no município de Pinheiros, Espírito Santo. Diante dos desafios em acompanhar a dinâmica sócio espacial da região, principalmente os impactos da relação campo/cidade, se desenvolvendo entre a desterritorialização do campesinato e seu assalariamento no campo e na cidade. Se desenvolve assim o desafio em fazer a formação/educação de estudantes que nascem desta contradição. Nesta realidade abordaremos o papel fundamental da educação, da geografia e a necessidade da compreensão e superação dos limites postos a educação, tendo a Pedagogia da Alternância como estratégia pedagógica necessária na superação da divisão campo/cidade que fragmenta a classe trabalhadora.

Palavras chave: Educação, Campo/Cidade, Pedagogia da Alternância.

Grupo de Trabalho – GT: Educação do Campo

Introdução:

Os Movimentos Sociais/Populares organizados e toda população mundial, atualmente está vivendo os impactos de uma profunda e complexa crise do sistema capitalista, onde se configura um reordenamento em todas as escalas do espaço econômico, político, social e territorial, se agravam os efeitos da urbanização/industrialização capitalista em diversos países Latino Americanos com grandes potenciais políticos, naturais, econômicos e culturais.

Atualmente com a nova mobilidade espacial dos trabalhadores e trabalhadoras, a reconfiguração da divisão do trabalho e a flexibilidade do trabalho, o Capitalismo, supera a tradicional divisão, política e ideológica entre o campo e a cidade, vindo ser, não mais necessária tal afirmação, da sub posição social, político e cultural do campo em relação à cidade, processo no qual teve seu início a partir da expansão capitalista pelo mundo principalmente no século XVIII e XIX como relata Pegoretti e Sanches:

Com o processo de evolução histórica e de consolidação das cidades, intensificaram-se os referenciais da dicotomia rural x urbano, principalmente a partir do século XVIII quando se iniciou na Europa a Revolução Industrial, que encadeou os processos de industrialização e urbanização. (Pg. 1, 2005)

Este processo de fragmentação tem suas raízes fundadas no próprio processo contraditório do desenvolvimento do Capitalismo, como nos explica Pegoretti e Sanches citando Marx e Engels:

Para Marx e Engels (1977), dois dos primeiros pensadores a refletir sobre o assunto, afirmam que foi a divisão do trabalho entre trabalho industrial e comercial que levou à separação da cidade e do campo e à oposição de seus interesses. A industrialização causou na Europa, inicialmente, a divisão do trabalho entre rural e urbano, acentuando diferenças geográficas, econômicas, sociais e culturais entre os dois meios (Pg. 3, 1992).

Neste sentido vale trazer a contribuição de Coggiola sobre este período de ruptura sócio-político e espacial provocado pelo desenvolvimento do Capitalismo:

Nunca antes acontecera a junção de um levante democrático com uma mudança técnica radical que alterava totalmente o ambiente do homem e seu modo de vida. A mudança decorrente nas instituições e nas atitudes mentais foi mais profunda do que qualquer outra que a humanidade tivesse experimentado desde a ruptura da sociedade tribal que possibilitou a vida urbana". (p.1, 2011)

O processo da urbanização das relações sociais e da evolução/modernização da técnica, da ciência e da informação hegemonicamente imposto na sociedade pela expansão do Capitalismo, fazendo com que a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras se expresse em diversos setores e espaços sociais de forma intensa e cada vez mais diversificada. Aspectos culturais tradicionais e capitalistas se disputam em diversos espaços. O campo que antes tinha somente a função de fornecedor da matéria prima para a indústria na cidade, se reconfigura com as agroindústrias altamente capitalistas e multinacionais, como no caso do Brasil e Argentina onde avançadas pesquisas e experiências altamente sofisticadas se desenvolvem para a produção/reprodução do agronegócio, como as pesquisas em nanotecnologia e

mecanização, como relata Maurício Antônio Lopes, presidente da EMBRAPA, Fernando Sarti, diretor do Instituto de Economia da Unicamp e Manuel Otero representante do escritório do IICA no Brasil:

Aqui, chamamos a atenção para o fato fundamental de que o agronegócio é o único segmento relevante da economia brasileira, e que tem, no progresso técnico, o centro de seu modelo de negócios. E sua importância é tanto maior quanto mais comparada com a baixa produtividade da economia brasileira, em geral, que vem crescendo timidamente nos últimos anos. (p.16 2014)

Este processo de desenvolvimento capitalista no campo está inserido numa lógica produtivista, que não se responsabiliza pelas consequências socioeconômicas que afetam a classe trabalhadora que não fica com os lucros destas grandes empresas que monopolizam toda a cadeia de produção do agronegócio, como explica Lopes, Sarti e Otero que defendem esta lógica produtiva:

O setor agropecuário chega a 2014 como um segmento muito grande. A cadeia produtiva é bem longa e deve representar r, hoje, aproximadamente 25% do PIB. O ano de 2013 foi exemplar: enquanto a indústria cresceu 1,3%, e o setor de serviços, 2%, a agropecuária expandiu-se 7%. Mais ainda, os segmentos industriais que se ligam ao agro foram os que melhores desempenhos mostraram: caminhões, tratores, implementos, fertilizantes, defensivos e produtos veterinários. (p. 18. 2014)

Resultante deste processo temos uma crescente proletarização do ser humano sem distinção entre morador do campo ou da cidade, impondo aos trabalhadores e trabalhadoras, uma acelerada mobilidade espacial, em busca da sobrevivência. O que estamos vendo, na realidade, é a reconfiguração da divisão tradicional entre “Campo” e “Cidade”.

Coma queda da porcentagem da população agrícola na população total do Brasil e com a circulação de pessoas de distintas regiões do país nas periferias das grandes cidades, e inserção da tecnologia/mecanização e informatização nas áreas de menos concentração demográfica e comunidades tradicionais, qual a importância hoje em falar da divisão conservadora entre rural e urbano, campo e cidade?

Os movimentos sociais, lutas e resistências historicamente edificadas pela humanidade contra a opressão das classes dominante, que resultou na configuração da

tradição que herdamos, fortemente influenciada pela corrente política, ideológica revolucionária de Marx e Engels, concretizadas nas experiências de revoluções na Rússia, China e Cuba, historicamente, desde a Revolução Francesa e a Industrial, na primeira, onde se deu uma forte e violenta insatisfação dos oprimidos em sua maioria camponeses, artesãos etc. Liderados pela burguesia da época, e na segunda, com o desenvolvimento do operariado, trabalhadores explorados pelas indústrias nas cidades capitalistas, marcando assim uma forte divisão sócio espacial dos protagonistas, na luta contra o capital. Desenvolveu-se correntes políticas e ideológicas que acompanham e reflexionam junto ao desenvolvimento das experiências de lutas e resistências estrategicamente nas cidades com os operários das fabricas onde o capitalismo se desenvolvia, junto a estes processos, camponeses e povos tradicionais resistiam e lutavam paralelamente contra o desenvolvimento do capitalismo, com expropriação da terra e a acumulação da propriedade privada.

Para o capital, tal divisão espacial foi importante devido à necessidade de mão de obra e a centralidade da indústria na cidade. Com um grande número de camponeses e quantidade de recursos naturais disponíveis na natureza, a desterritorialização dos camponeses se dava gradualmente e no caso da América Latina com a exploração e opressão da mão de obra escravizada de negros e indígenas no entanto a exploração/alienação da mão de obra se dava, no proletariado industrial.

Com tal processo de desenvolvimento histórico, dos movimentos sociais, grandes articulações internacionais são feitas, acompanhando a expansão internacional do capital, como a Internacional Socialista protagonizada pelo próprio Marx, que anos mais tarde tal articulação encontra limitações e entraves, levando o seu fim por diversos motivos políticos, econômicos e ideológicos.

Com a intensificação e a expansão mundial do capital, pondo em risco diversos modos de vida e os recursos naturais, a população do campo, explorada e oprimida crescentemente, neste processo se acentua o surgimento de organizações e resistências, quando estrategicamente, como no passado, os trabalhadores e trabalhadoras, agora do campo, se articulam internacionalmente para enfrentar o capital globalizado, como a experiência da Via Campesina, articulando movimentos camponeses de quatro continentes do mundo, se fortalecendo na reprodução do modo de vida e resistindo a força destruidora do capital, afirmando uma articulação particular e setorial da sociedade, o “campesinato” e em alguns casos os “povos tradicionais”.

Tal herança organizativa e a nossa formação social, faz com que a estrutura e o funcionamento orgânico, dividia trabalhadores e trabalhadoras do campo (em seu sentido amplo e diverso, como as comunidades Quilombolas, Caiçaras, Ribeirinhas,

Indígenas, Extrativistas, Camponeses, Sindicalistas, Sem Terra, Sem Teto, etc.) e da cidade (Sem Teto, Sindicatos, Estudantes, Movimento Negro, Desempregados, Ambulantes etc.), impedindo de uma construção coletiva mais ampla.

Em nossa realidade histórica estamos sentindo no cotidiano da construção da luta de classes, a necessidade e a dificuldade em superar tal fragmentação do campo popular, Mészáros nos traz um alerta escrevendo:

Outra dimensão desta problemática é que por muitos anos o movimento da classe trabalhadora esteve sujeito a pressões de inspiração stalinista que tentaram impor a “unidade” para, no interesse do “Partido Líder”, suprimir de forma automática a crítica. (p. 100, 2010)

Seguindo a reflexão da importância da unidade para o processo de transformação da sociedade, Mészáros escreve:

[...] a produção e a preservação da unidade superam tudo em importância. Porém, quando se reconhece que a conquista do poder é apenas o ponto de partida para revelar as reais dificuldades e contradições dessa transformação “de alto a baixo, de toda maneira de ser” dos produtores associados – dificuldades e contradições muitas das quais não podem sequer ser imaginadas antes de ser encontradas de fato no curso da própria transformação em andamento, então a necessidade de estratégias genuinamente pluralistas se afirma como uma questão tanto de urgência imediata como de importância contínua. (p. 103, 2010)

Analisando as reflexões relacionadas a dinâmica da atual luta de classe é importante pontuar a contribuição de Harnecker:

Antes de criar uma nova organização política, ter-se-á de se examinar muito bem a capacidade de transformação que têm as organizações políticas atualmente existentes. Talvez não se requeira construir uma nova organização, quando muito do que se trata é fundir várias

organizações já existentes numa única, desde que esta se estruture de maneira diferente. (p.54 2000)

A setorização/fragmentação da luta de classe por parte dos trabalhadores e trabalhadoras produz um grande enfraquecimento, fortalecendo a hegemonia da classe dominante, neste aspecto concordamos com Harnecker pois:

Há que se abandonar o reducionismo classista, assumindo a defesa de todos os setores sociais discriminados e excluídos economicamente, política, social e culturalmente. Além dos problemas de classe, a organização política deve preocupar-se com os problemas étnico-culturais, de raça, de gênero, de sexo, de meio ambiente. Deve ter presente não só a luta dos trabalhadores organizados, mas também a luta das mulheres organizadas, dos povos indígenas, negros, jovens, crianças, reformados, deficientes, homossexuais, etc. (p.55 2000)

Durante a fase de intensificação da ocupação pelas monoculturas que geraram conflitos no campo na região Norte do Espírito Santo, no município de Pinheiros, muitas famílias permaneceram na terra, porém, no território do agronegócio, vendendo sua força de trabalho, numa relação de parceria, na forma de vaqueiro, meeiro etc. Tinha na terra a possibilidade de criar seus filhos, trabalhar com a família ou até cultivar, mesmo que em uma pequena e restrita proporção de terra. Com o monocultivo da cana-de-açúcar, a permanência no campo é ameaçada, pois é exigida no território do agronegócio a ausência de pessoas vivendo no campo, substituídas pela monocultura e o trabalho mecanizado, expulsando comunidades inteiras para a cidade, criando, já neste período, uma população desterritorializada.

Segundo Montenegro e Thomaz Junior:

A introdução no campo, a partir da década de 1970, de sistemas de produção altamente intensivos em capital (mecanização, insumos químicos, melhoramento genético das sementes) desestruturou uma grande parte dos pequenos produtores incapazes de se incorporar às exigências da nova matriz produtiva. Hoje, a expropriação, expulsão e exclusão continuam marcando a situação dos trabalhadores rurais em todo o país. Nem o êxodo rural, que reduziu intensamente no passado o contingente de egressos do campo, nem a introdução de outras atividades no meio rural (industriais e de serviços), consegue aliviar a crise estrutural que recobre o trabalho no meio rural. (2009, p. 78.)

No interior do município de Pinheiros na década de 1980, ao entorno das grandes fazendas e latifúndios formados gradativamente, resistia uma pequena parcela de agricultores que viviam em seus territórios, mantendo sua base alimentícia e comercial na produção de mandioca, milho e feijão, sofrendo uma forte pressão das fazendas e das monoculturas que cercavam, por exemplo, as comunidades: São José do Jundiá, 15 de Maio, Brunelle etc. Como explica Matos:

Um dos períodos mais prósperos de Pinheiros foi durante o ciclo da farinha, na década de 70, quando o município chegou a ter 76 farinheiras em pleno funcionamento, exportando a produção para vários estados do Brasil. A produção de farinha e o cultivo de mandioca perderam força na década de 80 com a retirada dos subsídios do Governo Federal para a agricultura. (2008. p.26)

Neste sentido, segundo as investigações de Konoski:

As serrarias que beneficiaram a madeira da região e que deram impulso ao desenvolvimento do município migraram para outras regiões do país, em especial, para região Norte, e começava um novo ciclo econômico, o da mandioca, que teve início nos anos 70 e se estendeu a meados dos anos 80, quando Pinheiros se torna o maior produtor do estado e do Brasil, sendo os pequenos agricultores responsáveis por toda essa produção. Comparando com outros municípios nessa época, detinha uma grande quantidade de pequenos agricultores que cultivavam a mandioca e outras culturas de subsistência, como pequenos animais e criação de bovino. (2008, p. 48).

No município de Pinheiros, reflexo de uma política nacional de fortalecimento do agronegócio, se encontra em um crescente assalariamento no campo, mostrando a forte pressão para o esvaziamento de moradores do campo, levando a um nível elevado de desigualdade e pobreza. Existia até final da década de 90 uma presença marcante na cidade de Pinheiros de agricultores e agricultoras desterritorializados (as), assalariados, que vivendo nas cidades, encontram diversas limitações em manifestar seu modo de vida essencialmente ligado a terra, porém de maneiras e expressões até então ocultas, demonstram uma determinada *campesinidade*¹ (WOORTMAN, 1990).

¹ Elementos subjetivos que permanecem com o campesinato mesmo após sua desterritorialização.

A partir da Interpretação deste processo de expansão da monocultura da cana de açúcar, analisado através de dados do IBGE, do sindicato dos trabalhadores rurais, das entrevistas e diálogos no trabalho de campo, podemos fazer reflexões da conjuntura econômica e política nacional, estadual e municipal. E, dessa forma, podemos entender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Esse modelo hegemônico capitalista de produção imposto a nossa sociedade, é dirigido pelas grandes empresas nacionais e multinacionais e é incentivado pelo Estado. É este processo estrutural que determina a desterritorialização dos povos do campo no município de Pinheiros, pondo um forte desafio ao desenvolvimento e a soberania da população, tanto do campo como da cidade.

Desta forma, o que temos na realidade é a configuração de uma política hegemônica de fortalecimento do desenvolvimento do capitalismo no campo, afetando seriamente a educação e os sujeitos que vivem no campo. A precarização da educação nestes espaços é injusta realidade enfrentada por estas populações e se faz necessário para a própria sobrevivência destes povos, uma luta incansável por uma educação de qualidade e que contemple os aspectos da própria realidade, porém não é o que se tem feito pelo Estado brasileiro, como afirma MOLINA E FERNANDES:

Historicamente, o conceito de educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos, parte intrínseca daquele paradigma do rural tradicional descrito anteriormente. Tinha como plano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (p. 61 2005)

Outros documentos reafirmam esta lógica capitalista e de total desrespeito com a vida dos povos do campo como afirmam MOLINA e FERNANDES:

A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepará-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura. (p. 62 2005)

O campo, sob controle do agronegócio, tido como meio de produção de matéria-prima para sustentação das indústrias capitalistas, exige um número cada vez maior de

peessoas nas cidades, formando nas periferias um exacerbado exército industrial de reservas. O campo com seus diversos territórios desorganizados e reorganizados neste contexto apresentam grandes transformações econômicas, políticas, sociais e uma violenta deterioração cultural através da urbanização.

De forma acelerada, assistimos a ofensiva do capitalismo na reestruturação destes espaços, causando uma grande e negativa transformação dos territórios sem nenhuma responsabilidade social e moral, a partir de um processo acelerado de urbanização. Como coloca Santos:

Agora, o fenômeno [urbanização] se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo [...]. Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático (2008, p.44).

Um dos pilares fundamentais na edificação deste sistema, a Escola, se adéqua a uma ideologia e uma forma hegemônica, com a intencionalidade de reprodução deste sistema capitalista, como reflexiona Silva, pesquisador e educador do Centro de Formação Familiar em Alternância do município de Pinheiros:

Um dos grandes erros históricos que a sociedade moderna cometeu foi, sem sombra de dúvidas, submeter o conceito de educação à Escola, essa instituição supérflua que as classes dominantes criaram para produzir e reproduzir suas ideologias, se transformando num poderoso mecanismo tecnificado de dominação. Então, quando pronunciamos a palavra educação, estamos convidados a redimensionar este espaço chamado Escola. A simples Escola! Pois não somente ela educa... A rua educa a igreja, a roça, os animais, a família educa os amigos, os inimigos, os colegas, o “buteco”, o campo de futebol, a indústria, a internet, a televisão, os jornais, a revistas, o trabalho etc. Enfim, a educação é o nome que damos para os processos complexos das relações sociais, da produção de estímulos que são capturados por nossos órgãos de sentido, processados em nossa estrutura encefálica, submetidos a um conjunto de valores e normas, e “devolvidos” à sociedade através da prática social, ou seja, é o real concreto se transformando em pensamento humano e o pensamento

humano se transformando no real concreto da relação social. Estes conjuntos de fenômenos naturais e sociais, não se distinguem no processo da educação, ou seja, da formação humana. Sendo assim, a cultura humana se estende para além da educação escolar (2010 p. 2).

Sob égide do desenvolvimento capitalista, no campo enfrentamos as mais devastadoras consequências. Se acelera e agrava o processo de urbanização e o abandono do campo, principalmente pelos jovens, como relata Fernandes:

Na maioria dos estados, a escola rural está relegada ao abandono. Em muitos, recebem a infeliz denominação de escolas isoladas. Como predomina a concepção unilateral da relação cidade campo, muitas prefeituras trazem as crianças para as cidades, num trajeto de horas de viagem, por estradas intransitáveis e as colocam em classes separadas das crianças da cidade, reforçando dessa forma a dicotomia presente no imaginário da sociedade. Também existe a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural. Esse pensamento coloca mais uma vez o determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação. (1999, p 65)

A abertura do Estado brasileiro para o controle neoliberal em diversos setores da sociedade, fez com que a população do campo sofresse uma grande desterritorialização, e os que resistem, dificilmente usufrui de serviços básicos de cidadão que deveria ter por direito como: educação de qualidade e que leve em conta a sua realidade, transporte e direito a cidade, atendimento médico hospitalar etc.

A Educação é um direito que historicamente no Brasil foi negado ao povo pobre, e concedida apenas para as classes dominantes. Na tentativa de democratizar o acesso à este direito, muitas escolas foram criadas com estruturas e condições precarizadas, direcionadas para as classes mais baixas. Os povos do campo (Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, agricultores, pescadores, agroextrativistas etc.) neste contexto foram muito mais excluído do direito à educação, pois quando chegava a construir uma escola na comunidade, toda a sua proposta pedagógica era extraída das escolas urbanas, como relatou Sud Mennucci já em na década de 30:

Verificara, em primeiro lugar, o fracasso completo da escola rural comum, tal como ainda se organiza entre nós, fracasso decorrente do fato de ser ela uma simples escola de cidade

transportada e enxertada nas atividades rurais, enxerto realizado sem a menor dose de inteligência e de observação e no qual dominou exclusivamente o simplista e traiçoeiro critério da analogia. Se a escola comum dava resultados apreciáveis na cidade, havia de dá-los também no campo. Tal era a maneira de pensar geral, esquecidos os seus propugnadores de que a escola da cidade estava em harmonia com as aspirações citadinas, mas em oposição formal aos desejos dos meios campestinos. Teria bastado para condená-la, a verificação quotidiana de que o mestre era um estranho ao meio rural, que não lhe conhecia e menos lhe compreendia as mais elementares necessidades. (p.30, 1934)

Intrínseco a e está problemática do acesso à educação dos povos do campo no Brasil, se desenvolveu uma grande disputa política/conceitual: pelas vias governamentais e por intelectuais desvinculados a vida dos povos do campo se utiliza a nomenclatura educação rural “no” campo, que traz em si uma ideologia em que a educação vai com um formato e predefinida da cidade para o campo, uma educação da cidade no campo. Pelos movimentos sociais do campo organizados na luta pela terra se reivindica uma educação construída e elaborada com e pelos próprios povos do campo, que não venha formatada aos moldes da escola da cidade, neste sentido se defendemos a luta e a construção do paradigma da “Educação do Campo”.

Projetamos, assim, no que se propõe chamar de função social da escola, uma complexa luta pela transformação do que hoje concebemos de campo e cidade, rural e urbano, imposto, historicamente, pelo desenvolvimento do capitalismo. De forma acelerada, assistimos a ofensiva do capitalismo na reestruturação destes espaços, causando uma grande e negativa transformação dos territórios sem nenhuma responsabilidade social e moral, a partir de um processo acelerado de urbanização. Como coloca Santos:

Agora, o fenômeno [urbanização] se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo [...]. Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações

com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático (2008, p.44).

Perspectivamos, dessa maneira, por meio da função social da escola, contribuir para a reorganização destes territórios a partir das necessidades e da participação popular. Desenvolvendo o protagonismo da sociedade na construção de uma alternativa pedagógica capaz de formar sujeitos conscientes e ativos em sua realidade, sujeitos construtores de uma educação emancipatória, para além do capital, reconstruindo a sociedade e rompendo tanto com a fragmentação da classe trabalhadora e da dicotomia entre campo e cidade, quanto incorporando as especificidades dos povos tradicionais, povos das florestas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas etc. Na construção e reprodução de territórios de resistência.

Metodologia: Fiz um levantamento dos estudos já realizados por pesquisadores da região, diálogos com moradores (a) das comunidades, educandos (a) e educadores (a). Junto aos Monitores (educadores), educandos e familiares fiz o levantamento das principais dificuldades para realização e aplicabilidade das metodologias da pedagogia da Alternância tanto para os jovens do campo quanto para os da cidade. Nas discussões e reflexões realizados junto aos sujeitos envolvidos nesta pesquisa foi proposto uma tentativa de inserir nos Temas Geradores que norteiam o currículo escolar da EFAP, elementos da realidade dos educandos da cidade, como: Lixo, reforma urbana e moradia, a proposta foi executada e está em experiência pedagógica.

Resultados: Após alguns debates e reuniões com educadores e estudantes, sobre a problemática da questão campo/cidade no interior da escola, foi feita uma reflexão sobre a possibilidade de uma reestruturação na proposta pedagógica da escola, inserindo temas geradores relacionados as questões específicas da realidade dos jovens na cidade que também permeiam a realidade dos jovens do campo. Após estas reuniões e debates, foi feita uma experiência onde atualmente se encontra em experiência. A partir da pesquisa existe atualmente na escola uma maior compreensão da questão campo/cidade e geográfica dos fenômenos territoriais atuais, contribuindo na educação dos jovens.

Discussões: As discussões foram feitas de forma coletiva, em círculos, com o tema da pesquisa e as suas críticas e indagações como norteador do debate e das reflexões, somados as contribuições dos/as protagonistas da realidade pesquisada.

Conclusões: Concluo que atualmente se está organizando em muitos lugares do Espírito Santo, do Brasil e no mundo experiências contra hegemônicas de educação, pois o que existe hegemonicamente na atualidade, são ensaios manipuladores e distorcidos de educação, onde a burguesia e a classe dominante que apropriaram, a séculos para reproduzir este sistema opressor, explorador e predatório do planeta de dos seres humanos. Percebemos a importância da leitura geográfica para maior compreensão da totalidade deste fenômeno da função da Educação na reprodução da sociedade e do espaço onde vivemos, principalmente para a classe trabalhadora que se dispõe a superar o modelo hegemônico atual. Concluo que a superação da divisão campo e cidade, na ótica produtivista, cultural e política que se impõe pela ideologia capitalista, é preciso ser uma meta para a educação, para os movimentos sociais e todos e todas as protagonistas da transformação social da sociedade.

Referências Bibliográficas:

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, 2).

Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural. 2011

CARTILHA DO 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. UNEFABE: União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil. Brasília-DF: Dupligráfica, 1999.

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

COGGIOLA, Osvaldo. A primeira internacional operária e a comuna de Paris. Revista: AURORA, ano V, número 8 - AGOSTO DE 2011

FELICIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, ago. 2006, p. 14-30.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais, contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, Presidente Prudente: UNESP, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999). Tese apresentada no Curso de Pós – Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 1999

FERNANDES, Bernardo Maçano. Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da F. F. L. C. H. da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Arioaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 1994

FERNANDES, Bernardo Maçano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. [S.l.: s.n.], 2010.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 15 de abril de 2011

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Maçano e MOLINA, Monica. O Campo da Educação do Campo. In: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Nead, 2004.

FERNANDES. Bernardo Maçano; MEDEIROS. Leonilde Servolo De; PAULILO Maria Ignez; (ORGs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Volume 2. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br acessado em: 26 fev. 2011

HARNECKER, Marta. Os desafios da esquerda Latino-americana. São Paulo. Expressão Popular. 2000.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização a Mutiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

KOLLING, E. J; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 4).

KONOSKI, Eleandro Reis. A Influência da Estrutura produtiva e Econômica do Município de Pinheiros sobre a Escola Família Agrícola, após os anos 1980.

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em ciências agrárias da Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras – PB. 2008

LOPES, Maurício Antônio, SARTI, Fernando e OTERO Manuel In: Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA. Ano 11, nº. 12, 2008

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Textos Sobre Educação e Ensino. 4ª edição. São Paulo. CENTAURO, 2004.

MENNUCCI, Sud. A Crise Brasileira de Educação. São Paulo. Editora Piratininga. 2ª edição. 1934

MÉSZÁROS, István. Educação para além do Capital. São Paulo: BOITEMPO, 2008.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo. BOITEMPO, 2002.

MÉSZÁROS, István. Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo – SP. BOITEMPO, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. Jesus, Sonia Meire Santos de. Por Uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção, nº5.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2003.

PEGORETTI, Michela Sagrillo e SANCHES, Suely da Penha. Dicotomia rural x urbano e segregação sócio-espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo. Artigo apresentado ao XI Encontro nacional da associação nacional da pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional –ANPUR – Salvador - BA, 23-27 de maio de 2005.

SAVIANI, Dermeval. Política e Educação no Brasil. São Paulo. Autores associados: CORTEZ. 1987.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Organizadora). Por uma educação do campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília: Incra. MDA, 2008. nº7

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. 5ª edição. RECORDE. 2008.

SILVA, Aloísio Souza. Palestra conferida na mesa 08, eixo “autonomia da geografia e geografia das subversões”, no contexto do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, UFRGS – Porto Alegre/RS (25 a 31 de julho). 2010. Disponível em: www.ufes.com.br Acessado em: 15 fev. 2011

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). Volume 3, textos em co-autoria. Presidente Prudente – SP. 2009